

## Disseminação da informação no âmbito da pesquisa e o papel dos organismos de fomento

*Dissemination of information, research and public policies of information in Brazil*

por [Katia Carvalho](#)

**Resumo:** O texto apresenta uma relação entre disseminação da informação - pesquisa - políticas públicas. De outro modo a pesquisa contempla o levantamento de políticas públicas de informação de caráter nacional especialmente voltadas para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, dando ênfase às políticas locais no Estado da Bahia, durante o período de 2003 -2004. Organismos de fomento voltados para a pesquisa científica, políticas, planos e programas para o desenvolvimento de ciência e tecnologia vêm sendo criadas desde 1950. O estatuto da Sociedade da Informação preconiza a elaboração de conteúdos regionais de políticas públicas de informação. Nesse ambiente, estado, política e poder tendem a encontrar novas formas de intervenção. Surgem modelos de política que refletem ações de interesses políticos expressos em programas e planos visando atender aos objetivos governamentais. A construção dessas políticas está configurada em modelos que contemplam os interesses nacionais que acompanham as tendências mundiais.

**Palavras-chave:** Disseminação da informação; Políticas públicas de informação no Brasil; Políticas públicas de informação na Bahia; Pesquisa científica; Acesso à informação; Organismos de pesquisa científica.

**Abstract:** The text proposes a reflection about the relationship dissemination - research - public policies. On the other hand the survey of the brazilian information policies, especially to the North, Northeast and Center-West states, giving emphasis to the local policies applied in the state of Bahia, during the period from 2003 to 2004. Funding organizations for scientific research, policies and programs to increase the development of science and technology has been created since 1950. The estatute of the Information Society praises the elaboration of regional contents of information public policies. In this environment, state, policy and power tend to find new ways of intervention. New models of policies appear which reflects the interests of politicians expressed in programs and plans aiming at to take care of to the governmental objectives. The construction of these politics is configured in models that contemplate the national interests that follow the world-wide trends.

**Key words:** Dissemination of information; Public policies of information in Brazil; Public policies of information in Bahia; Scientific research; Information access; Scientific research organizations.

### *Políticas públicas na sociedade atual*

A sociedade em busca de novos modelos que permitam compreender e interpretar o mundo procura soluções possíveis na ciência e tecnologia, sem esquecer que a dimensão humana deve prevalecer para atender aos novos interesses, necessidades e atitudes comportamentais, de modo equilibrado e dinâmico.

Nesse sentido, a mediação humana na Ciência da Informação se constrói voltada para o desempenho do profissional da informação, privilegiando novos modos de aprendizagem para intervir com competência na sociedade, visando a democratização da informação.

A capacidade de produção do conhecimento, em escala ampliada e a emergência de uma nova realidade pressupõem o acesso à informação mais ágil, favorecendo o mercado econômico, a qualidade e os métodos de intercâmbio. A sociedade passa a necessitar, a depender do nível de alerta, da escolha de políticas públicas adequadas implantadas pelo Estado e seus governantes, em sintonia com os movimentos e as tendências internacionais.

As tecnologias, que influenciam a sociedade, ocorrem em parcerias e associações voltadas para a mediação, proporcionando ao usuário o acesso à informação, sendo a assimilação pelo usuário instantânea. Garante-se também o acesso aos equipamentos cada vez mais, ampliando-se as possibilidades de assimilação da informação e do conhecimento por meios de disseminação cada

vez mais rápidos.

Mas não são somente as tecnologias responsáveis pelas mudanças. Na sociedade atual, sem fronteiras, discute-se o papel do estado que busca legitimação na própria sociedade que amplia a necessidade de políticas públicas que acompanhem as tendências mundiais e o interesse nacional. Castells (2000) comenta ser a Sociedade da Informação, uma sociedade em rede e plural nas suas formas de poder.

No novo ambiente, estado, política e poder tendem a buscar novos papéis de interferência. Configuram-se outros modelos que se denominam políticas que se refletem em ações com interesses políticos expressos em planos e programas, seguindo os objetivos governamentais. Nesse sentido, as novas estratégias de políticas públicas são indispensáveis para orientar ações afirmativas.

Para Barreto (2004), toda política mostra uma exterioridade de discurso e uma condição interna voltada para a execução de ações, ressaltando que uma política de informação é um ritual de passagem de uma intenção formal, de um discurso de governo para sua implementação como uma ação coordenada, induzindo e convencendo a terceiros realizarem o que o governo julga ser uma necessidade para a área. Visando uma política pública efetiva é necessário que haja legislação, regulamentação e interpretação judicial que oriente o ciclo de vida da informação. Para o autor, políticas públicas é o conjunto de decisões do governo que elege leis, ações, priorização de recursos para apoiar suas ações e com isto também define as metas a serem atingidas.

As políticas públicas assumem um lugar importante em virtude de ser esta uma sociedade plural. Elas são interpretadas e adequadas pelos setores público e privado, diferente das leis e resoluções que são impositivas.

As políticas se expressam pelo discurso de como se opera. Para Barreto (2005), discurso acena para um comprometimento de verdade no caso da ciência e de melhor qualidade de vida no discurso da tecnologia.

As políticas públicas impulsionam as ações que levam a modificações; a ação exige um plano, essencial para dimensionar as metas e, no caso dos programas, o plano deve contemplar uma ação continuada. Neste sentido, as estratégias a serem seguidas e os recursos para a implementação devem ter clareza para prever as barreiras com a possibilidade de serem contornadas.

Para que as políticas públicas possam ser seguidas e implementadas, e as ações bem sucedidas, é necessário minimizar algumas barreiras que estão presas aos padrões de educação e ao poder aquisitivo da sociedade. Neste caso, a gestão e a relação com a recepção da informação passam por questões de ordem social.

A implementação de políticas públicas voltadas para o estímulo à produção do conhecimento exige infra-estruturas e ambientes de pesquisa organizados e, nesse caso, as universidades públicas se destacam como centros de excelência, além dos centros de pesquisa.

Portanto, a Ciência da Informação cresce ao acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas para a Ciência e Tecnologia - C&T. Vale observar o desenvolvimento da ciência e tecnologia e as políticas implementadas sucessivamente. Entre as medidas adotadas pelo governo brasileiro para o desenvolvimento das tecnologias no Brasil, merece destacar o crescimento das tecnologias de Informação e Comunicação que influenciam o acesso, a organização e o uso da informação.

A partir dos anos 50, as Políticas de Ciência e Tecnologia - C&T desenvolvem-se de forma irregular e medidas adotadas pelo governo brasileiro influenciam a criação e o desenvolvimento da ciência e tecnologia no País. Do ponto de vista cronológico:

§ *Governo de Getúlio Dornelles Vargas (1951 - 1954):*

Criação do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Com o objetivo de promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do País, contribuindo para a formulação das Políticas Nacionais de C&T.

Merece destaque a criação da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) com o objetivo de desenvolver atividades de pós-graduação no país, frente ao contexto mundial, apoiando grupos de pesquisa, principalmente por meio de intercâmbio internacional, buscando a excelência nacional da pós-graduação.

Criação do IBBD (Instituto Brasileiro de Informação) hoje, IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia). Órgão pertencente ao CNPq, tem o objetivo de promover a criação e o desenvolvimento de serviços especializados de bibliografia e documentação; estimular o intercâmbio entre bibliotecas e centros de documentação, no âmbito nacional e internacional; incentivar e coordenar o melhor aproveitamento dos recursos bibliográficos e documentários do País, tendo em vista, a sua utilização pela comunidade científica e tecnológica.

*§ Durante os governos de João Café Filho (1954 a 1955), Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 - 1961); Jânio da Silva Quadros (31/01/1961 a 25/08/1961) e o governo de João Belchior Marques Goulart (1961 - 1964) vive-se um período de estagnação e falta de interesse pela ciência e tecnologia.*

*§ Governo do General Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967):*

Criação da FUNTEC (Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas, depois transformada em FINEP); tendo como finalidade o financiamento e implantação de programas de pós-graduação nas universidades brasileiras. A FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), tem por objetivo fomentar técnica e financeiramente estudos, pesquisas, programas e projetos econômico, social, científico e tecnológico do País, de acordo com as metas e prioridades setoriais fixadas pelo Governo Federal. Atualmente, tem um papel estratégico, colocando como prioridades a substituição da importação de tecnologia, a realização de atividades de pesquisa e a inovação no interior da economia e da sociedade.

*§ Governo do General Arthur da Costa e Silva (1967 - 1969):*

Criação do PED (Programa Estratégico de Desenvolvimento) tendo o objetivo de capacitar recursos humanos e instituir mecanismos de financiamentos direcionados para a política de C&T.

*§ Governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969 - 1974) e de Ernesto Geisel (1974 a 1979):*

Criação do PND I e II (Plano Nacional de Desenvolvimento). Parte do programa de Metas e Bases para a ação do governo em C&T. Criação do PBDCT I e II (Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico); primeiro documento de política explícita em Ciência e Tecnologia, trouxe inovações como a criação do SNDCT (Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e o PNPG (Programa Nacional de Pós-Graduação).

*§ Governo do General João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979 - 1985):*

Criação da SEICT (Sistema Estadual de Informação Científica e Tecnológica), com o objetivo de disponibilizar informações para o setor produtivo. Criação do PADCT (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico), com o objetivo de ampliar a competência técnico-científica nacional no âmbito das universidades, centros de pesquisa e empresas e financiamento de

produtos. O PADCT III privilegia a manutenção de um sistema eficiente para inovação e adaptação de tecnologia, mediante atividades de desenvolvimento de tecnologia e pesquisa científica e atividades de suporte setorial; financiamento de base de dados e portais de informação.

§ *Governo José Sarney (1985 - 1990):*

Criação do MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia) para atender a um antigo anseio da comunidade científica e tecnológica nacional. A área de competência abriga: o patrimônio científico e tecnológico e seu desenvolvimento; a política de cooperação e intercâmbio concernente a esse patrimônio; a definição da Política Nacional de Ciência e Tecnologia; a coordenação de políticas setoriais; a política nacional de pesquisa, desenvolvimento, produção e aplicação de novos materiais e serviços de alta tecnologia.

§ *Governo Fernando Affonso Collor de Mello (1990 - 1992):*

Criação do PROLER - Programa Nacional de Incentivo à Leitura. Com o objetivo de atuar como uma política de leitura, visando colaborar para qualificar as relações sociais através do incentivo a práticas leitoras conscientes. Estruturado de forma a atuar em parceria entre governo federal, estadual, prefeituras e empresas públicas e privadas.

§ *Governo Itamar Augusto Cautiero Franco (1992 - 1995):* Período de estagnação, sem nenhum registro que leve a merecer destaque nessa gestão.

§ *Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2003):*

Plano Plurianual (1996 a 1999) com a pretensão de elevar os gastos nacionais em C&T, conclamando a participação de outros segmentos da sociedade (empresas, trabalhadores e comunidade científica).

Geração e desenvolvimento de tecnologias apoiando a pesquisa técnico-científica.

Plano Plurianual (2002 a 2003). *Avança Brasil*, consolida a estabilidade econômica com crescimento sustentado e gera empregos e oportunidades de renda. São 365 programas governamentais.

*RHAE* (Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Atividades Estratégicas) com o objetivo de apoiar institucional ou interinstitucionalmente projetos para a capacitação de recursos humanos, vinculados a linhas de pesquisa tecnológica; ao desenvolvimento de processos produtivos e, aos serviços tecnológicos e de gestão. Enfatizar a colaboração entre empresas, universidades e institutos de pesquisas. Possibilitar múltiplas estratégias de capacitação, incluindo estágios, cursos e outros eventos não enquadrados nas competências tradicionais da formação acadêmica; responsabilizar a instituição proponente pela administração da cota de bolsas aprovadas e pela avaliação do desempenho dos bolsistas; estabelecer a avaliação dos projetos tomando como base os objetivos finais pretendidos, compreendendo a análise do impacto do programa nas instituições participantes; em cada área prioritária, e na composição e expansão da base tecno-científica brasileira.

Com a proposta de financiar a infra-estrutura, o desenvolvimento e a pesquisa científica e tecnológica de forma clara e a longo prazo, foram criados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, em 1999, os Fundos Setoriais, em parceria com a FINEP. Entre suas vantagens podem ser listadas a estabilidade ao financiamento, uma vez que este está determinado em lei; a aplicação dos recursos por uma gestão compartilhada; contribuição à redução do desequilíbrio regional entre eles: CT

Petro; CT Infra, CT Hidro; CT Info (Fundo de Tecnologia de Informação); CT Biotecnologia (Fundo de Biotecnologia); CT Agronegócios (Fundo de Agronegócios); CT Aeronáutico (Fundo Aeronáutico); Verde-Amarelo (universidades e empresas) e o Funtel (para telecomunicações).

*Programa Sociedade da Informação (2000)*. Com o objetivo de criar serviços para a cidadania e infra-estrutura avançada de novas iniciativas. Constitui um conjunto de iniciativas, coordenadas pelo MCT, prevendo ações dos governos federal, estadual e municipal, junto com a iniciativa privada. O programa pretende viabilizar um novo estágio de evolução da Internet e suas aplicações no Brasil, tanto na capacitação de pessoal para pesquisa e desenvolvimento quanto na garantia de serviços avançados de comunicação. As suas propostas são apresentadas no *Livro Verde* - publicação que delinea os caminhos a serem percorridos pelo País rumo à Sociedade da Informação, tendo como linhas de ação:

- . mercado de trabalho e oportunidades;
- . universalização de serviços para a cidadania;
- . educação;
- . conteúdos e identidade cultural;
- . governo ao alcance de todos;
- . produção e desenvolvimento tecnológicos;
- . infra-estruturas avançadas.

As áreas de atuação estabelecem um conjunto de objetivos globais, com prioridade para ciência, tecnologia, educação, saúde e cultura, considerados indutores das demais. A edição do Livro-Verde, que antecedeu a publicação do livro branco, não teve continuidade. O Programa se fixou na preparação de infra-estruturas das redes, que consumiram um alto investimento. Contudo, sem uma ação articulada entre os Ministérios de Educação (MEC), da Cultura (MINC) e da Ciência e Tecnologia (MCT), não foi possível implementar as redes e seus conteúdos, deixando latentes os problemas que mais tarde gerariam a exclusão digital, entre outras conseqüências.

Criação do FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações); programa criado com a pretensão de viabilizar a instalação de 250 mil computadores com acesso à Internet em 12.500 escolas públicas de ensino médio do País e a instalação do programa *Uma Biblioteca Pública em cada Município*, uma parceria entre o Ministério da Cultura e o FUST. Entretanto, esta ação está por ser implementada, embora conste nas contas telefônicas a cobrança de um percentual mensal.

§ *Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003)*:

Criação da Política Nacional do Livro, Lei n. 10.753 de 31 de outubro de 2003, direcionada para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Voltada para livros e bibliotecas, discute-se a questão do livro, que deixa de ser material permanente.

Criação do Programa Fome de Livro (2004); um programa nacional de bibliotecas públicas e leitura, de responsabilidade do Ministério da Cultura, através da Biblioteca Nacional. Contudo, ainda não foram geradas políticas públicas eficazes e o projeto necessita ser melhor dimensionado.

*Programas e Ações para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste*

Os editais vigentes, a partir de 2003, contemplam políticas públicas voltadas para a tecnologia e informação, contemplando para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste; ações específicas foram levantadas:

- EDITAL MCT/CNPq/PADCT ([www.cnpq.br](http://www.cnpq.br)) apoio a grupos de pesquisa, vinculados a programas de pós-graduação não consolidados, localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, tendo como parceiros grupos de pesquisa de qualquer região do País, associados a programas de pós-graduação consolidados. Os recursos financeiros provêm do PADCT- III e do CT-INFRA.

- Chamada Pública MCT/FINEP/CT-INFO - 01/2003 apóia propostas a projetos de inovação em software livre, podendo participar: universidades e outras instituições de ensino e pesquisa; instituições de pesquisa públicas ou privadas, representadas por entidades sem fins lucrativos.

- EDITAL CNPq 06/2003 financia projetos de pesquisa cooperativa em rede com o setor produtivo nas áreas de Nanotecnologia e Materiais Avançados, visando o avanço do conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico, em temas desde que haja ganhos de economias. Inovação na criação da parcela mínima de 30% destinada a projetos desenvolvidos por pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior ou de pesquisa sediadas no Norte, Nordeste e Centro-oeste , nos termos do Art. 6º da Lei nº 10.168/2000.

As relações entre o global e o local reafirmam um espaço de ação em que o local é o elemento condutor. As ações regionais se implementam de forma a respeitar a cultura local com suas marcas e as TI interferem no processo cognitivo. Nesse sentido, o usuário da informação é o foco e aprende a aprender.

As tendências atuais de contemplar as regiões com políticas específicas lideradas pelo MCT/FINEP através dos Planos Setoriais, potencializam as políticas locais. Merece destaque o exemplo da Bahia; o Estado definiu uma política de desenvolvimento em C&T, sendo implantada no Complexo Industrial de Camaçari a indústria automotiva. A sociedade organizada, ao ampliar seus canais de participação, passa a reivindicar seus direitos e apresenta as suas expectativas, rumo à diminuição da manipulação de políticas paternalistas.

Desde o início dos anos 90 vem se desenvolvendo esforços entre o Governo do Estado e a Universidade Federal da Bahia - UFBA, com o objetivo de impulsionar a Rede Bahia de Tecnologia que tem por objetivo propiciar uma articulação eficiente entre as diferentes áreas do Governo, universidades, empresas privadas e agentes financeiros. A sua missão é auxiliar a construção de um ambiente favorável à pesquisa aplicada, desenvolvimento e capacitação tecnológica para os setores produtivos locais e, desta forma, auxiliar na promoção do desenvolvimento econômico e social nacional. Nesse caminho, outras políticas públicas se articulam no Estado a fim de promoverem a melhoria da qualidade de vida de seus residentes.

Há urgência em pensar soluções para problemas de desequilíbrios regionais. As políticas públicas em andamento são desafios para esta sociedade. Vale ressaltar que as iniciativas de políticas públicas voltadas para as regiões menos favorecidas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) são ainda incipientes. É recente a iniciativa do MCT/FINEP de implementar ações específicas, através de Editais, visando, especialmente, essas regiões.

A FAPESB (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia), criada pela Lei 7.888 de 2001, com o objetivo de estimular e apoiar o desenvolvimento das atividades científicas e tecnológicas do Estado. A Lei 8.414 de 02/01/2003 vincula a FAPESB à Secretaria Ciência Tecnologia e Inovação (SECTI) que desempenha importante papel na definição das Diretrizes da Política Estadual de C&T do Governo da Bahia e de programas em desenvolvimento:

*Programa Bahia Inovação - FAPESB/FINEP 001/2003.* Este programa busca disseminar dentro da Bahia os programas e projetos de apoio nacional e estadual existentes que possam fomentar as principais atividades dentro das áreas prioritárias do Estado, visando o desenvolvimento da inovação e do empreendedorismo, especialmente para o estímulo de cooperação entre as empresas, as instituições de ensino superior, os centros de pesquisa, as organizações não governamentais e Governo. Ressalta-se a existência de sub-programas (Núcleo de Propriedade Intelectual; Rede de Empreendedorismo).

*Programas da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI).* Tendo como objetivo formular diretrizes e políticas, planejar, coordenar e executar as ações de negociação e capacitação de recursos financeiros junto a organismos nacionais e internacionais, destinados a programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do Estado. Todos os programas dessa Secretaria estão regulamentados na Lei 8.640 de 16/07/2003. Ressaltam-se os seguintes programas:

*I Programa de Qualidade e Competitividade em Tecnologia da Informação (QUALI.INFO),* que visa o desenvolvimento do setor de tecnologia em informação no Estado, através da criação de modelos de qualificação de produtos e serviços.

*Programa de Inclusão Digital (PIDI),* que visa oferecer cursos básicos de software livre, como *open office* e *linux*, com *navegação em Netscape* e são denominados *Infocentros*. O primeiro foi inaugurado em outubro de 2003, na cidade de São Felix. O segundo, inaugurado em 29/05/2004 no bairro de Rio Vermelho - Salvador, o mais recente, na Universidade do Estado da Bahia - UNEB, no bairro do Cabula, em 08/06/2004. Os *Infocentros*, segundo o projeto, constituem não só uma janela para o futuro, pelo acesso à Internet e pelo manuseio de computadores, mas preocupam-se com conteúdos voltados para a instrumentalização da juventude e da população excluída de ferramentas importantes para o acesso à renda e a sustentabilidade econômica.

Na área cultural, algumas medidas merecem ser destacadas:

*FUNCEB (Fundação Cultural do Estado da Bahia).* Instituída pela Lei 3.095 de 26/12/1972, hoje reorganizada pela Lei 8.538 de 20/12/2002. Tem como finalidade planejar, promover, coordenar, executar e acompanhar as ações culturais do poder público estadual no âmbito da produção e difusão da cultura, bem como fomentar as manifestações artístico-culturais dos diversos segmentos da sociedade. Ressaltam-se os seguintes projetos:

*Diretoria de Literatura:* tem como objetivo promover, produzir e difundir a criação literária oral e escrita, especialmente, a literatura baiana, através de uma série de projetos de interface com a comunidade, abertos a escolas, bibliotecas e público em geral. Promove ainda a edição de livros numa iniciativa aberta ao autor baiano, com a instituição Selo Letras da Bahia.

*Letras na Cidade:* este projeto tem a finalidade de desenvolver a oralidade, o incentivo à leitura e a criação literária, além de outras manifestações artísticas, como a formação do grupo de contadores de histórias da Rede Municipal.

*Saveiro Literário:* um saveiro transforma-se em biblioteca itinerante para dotar as comunidades da Baía de Todos os Santos e da Baía de Camamu de atividades literárias, proporcionando condições para o estímulo à leitura, através de palestras, oficinas, exposições e salas de leitura.

Buscar alternativas para financiamento das ações de informação potencializadas pelas tecnologias a serem realizadas de forma compartilhada entre os atores sociais, é uma necessidade e visa o árduo trabalho de promover ações voltadas para o exercício da cidadania. De acordo com o Programa de Inclusão Digital do Estado da Bahia (2003), é importante a participação cada vez mais ativa dos cidadãos em processos decisórios, sinalizando para a conveniência de se transferir para a sociedade civil organizada, a gestão e execução de serviços públicos não exclusivos, estimulando a cultura da co-gestão.

Este discurso, embora ainda tímido, sinaliza uma mudança de comportamento do estado e da sociedade civil rumo a um diálogo entre os diversos segmentos sociais. Para criar uma sociedade mais justa, faz-se necessário investir em políticas públicas adequadas que influenciem programas no âmbito da educação e da cultura, em prol de uma sociedade mais participativa.

*Políticas públicas de informação, organismos de fomento e pesquisa*

Para atingir tais objetivos, necessita-se investir em ambientes adequados. As políticas públicas, os organismos de fomento e a pesquisa se articulam e, nesse cenário, a produção do conhecimento se amplia graças às estruturas de pesquisa consolidadas, sendo a universidade um importante espaço de investigação científica.

A pesquisa no País conta com o apoio de competentes organismos de fomento e de políticas públicas que favorecem as políticas sociais em vigor. Em um nível satisfatório elas beneficiam a maioria da população, fundamentando-se nas diferenças regionais, culturais e econômicas, que condicionam expectativas e necessidades distintas.

Políticas de informação devem ser flexíveis o bastante para articular redes e propiciar a participação efetiva dos mais diversos setores da sociedade brasileira. Não se deve esperar que a iniciativa parta unicamente do Estado, deve também ter a participação da sociedade civil para favorecer as suas necessidades.

Entretanto, políticas de informação incluem o sentido de uma decisão governamental que regule todas as atividades do setor, sendo resultado de uma correlação de forças dentro do âmbito do estado. No Brasil, as propostas de implementação de políticas públicas de informação ainda carecem de uma articulação mais adequada entre as esferas cultural, educacional e de comunicação, em consonância com as relações sócio-econômicas.

As políticas de ciência e tecnologia no Brasil privilegiam o centro produtor de conhecimento instalado no País. Entre os organismos de fomento, a distribuição injusta dos recursos, tende a priorizar o sudeste e o sul, em detrimento das demais regiões. Recentemente, o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT e a FINEP, mediante os Planos Setoriais passaram a incluir investimentos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, dando uma demonstração de preocupação com a necessidade de descentralização da pesquisa no País e favorecendo a capacitação de pessoas.

Vale ressaltar a iniciativa de vanguarda do CNPq, com a criação do IBBD (1954) Instituto Brasileiro de Documentação (1954) e depois IBICT - Instituto Brasileiro para a Ciência e Tecnologia, do PADCT - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

No estágio atual, as políticas públicas de informação voltam-se para a convergência de mídias, tecnologias e serviços, contribuindo para a sedimentação de infra-estruturas de pesquisa em curso no Brasil.

Na área da Ciência da Informação a pesquisa cresce definindo algumas linhas, a exemplo da Inteligência Competitiva e da Gestão do Conhecimento, desenvolvidas principalmente a partir dos Programas de Pós-Graduação nas Universidades Públicas, visando a informação para a tomada de decisão em ambientes competitivos, buscando apoio nas políticas de C&T. Alguns estudos ressurgem renovados, como a Bibliometria, o uso da informação, e o novo campo dos eletrônicos.

O *locus* da pesquisa envolve um sistema articulado que inclui recursos humanos, fomento à pesquisa, eventos técnico-científicos, publicações (livros, periódicos e demais documentos) impressos e eletrônicos. E ainda a garantia de bibliotecas, centros de informação e bibliotecas virtuais e digitais bem constituídas. Além disto, a pesquisa privilegia a formação de pesquisadores e o ambiente físico de pesquisa; entre os já citados organismos de fomento que estimulam a consolidação da pesquisa destacam-se a CAPES, o CNPq e a FINEP que atuam muitas vezes articulados nos espaços regionais e associados a organismos locais.

A CAPES, responsável pela manutenção da qualidade e chancela dos programas de pós-graduação existentes no País e trabalha visando o aprimoramento de padrões de funcionamento e liderança no âmbito da pesquisa.

O CNPq, historicamente comprometido com a área, contribui para a capacitação de Recursos Humanos; destaca-se pelo volume de concessões de bolsas de Iniciação Científica (IC), apoio



técnico, Mestrado, Doutorado (inclusive o doutorado "sandwiche") no País e no Exterior. Vale lembrar o apoio à pesquisa em Ciência da Informação.

A FINEP atua visando a consolidação de infra-estruturas de pesquisa científica em diferentes áreas do conhecimento. Destaca-se no seu programa os Planos Setoriais, em parceria com o MCT, no plano nacional.

Nesse cenário, surgem novos espaços essenciais à pesquisa. São eles:

- *Formação de Grupos de Pesquisa;*
- *Laboratórios e redes de pesquisa;*
- *Banco de teses nas universidades;*
- *Disseminação da Informação através de periódicos impressos e eletrônicos;*
- *Associação de Pesquisa - ANCIB*

Na área de Ciência da Informação, a criação dos Grupos de Pesquisa registrados no CNPq, legitima a pesquisa no Brasil. Pinheiro (2000) apresenta em recente artigo, 62 Grupos de Pesquisa em Ciência da Informação, produzindo no País, embora este número já tenha sido ultrapassado. Atualmente, imagina-se a existência de mais de 80 Grupos de Pesquisa em todo o País.

Os Laboratórios, facilitadores da elaboração de trabalhos científicos, e as redes Intranets e Internet constituem um apoio importante para a comunicação científica mediante, chats, listas, comunicação eletrônica, entre outras modalidades.

A organização de Bancos de teses possibilitou reunir e disponibilizar a produção científica dos pesquisadores por meio eletrônico, uma fecunda documentação impressa, considerada de circulação limitada, contando com o apoio irrestrito do IBICT.

A produção da pesquisa científica no campo da Ciência da Informação pode ser reconhecida pelo que circula através das publicações, notadamente periódicos, impresso e eletrônico, adequado à disseminação da informação científica. A Disseminação da Informação e do conhecimento resultante da pesquisa é, portanto, legitimada pela avaliação dos seus pares e a posterior comunicação dos resultados, considerada tão importante quanto a própria pesquisa pois representa a sua transformação em "conhecimento público" (Ziman, 1979 *apud* Pinheiro, 2000).

Entre outras formas de disseminar, com qualidade, as tendências da produção científica da área, estão os periódicos que contam com a participação de uma comissão editorial. O artigo publicado por Suzana Mueller, Campelo e Dias (2000) oferece resultados de análise de periódicos científicos, cita os principais títulos de periódicos da área da Ciência da Informação: Revista de Biblioteconomia e Comunicação (UFRGS), Ciência da Informação (IBICT), Informação e Sociedade (UFPB), Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Revista de Biblioteconomia (UNB/ABDF), Transinformação. Merecem destaque os periódicos produzidos pelos Programas a exemplo do Informare (1995) e também o periódico eletrônico intitulado Datagrama Zero (1999). Outros títulos surgiram mais recentemente.

Os conteúdos dos periódicos mostram resultados que expressam o crescimento da área. Embora a pesquisa publicada não seja recente (2000), os resultados são atuais. Com isto, os estudos sobre Sistemas /Serviços de Informação e Bases de Dados, o uso de Tecnologias da Informação, Inteligência Competitiva e Gestão do Conhecimento se revelam promissores porque utilizam as TI para potencializar os processos de tomada de decisão no mundo competitivo. O atual modelo econômico introduz novas formas de gestão, valorizando o trabalho em equipe interdisciplinar e incorpora o aprendizado contínuo. Esses resultados são pertinentes e estudos dessa natureza devem ser regulares. Acrescentem-se algumas tendências que parecem emergir, como o discurso sobre a inclusão social e digital que afeta o perfil profissional do trabalhador da informação, o uso da informação e a bibliometria.

Os estudos de *inteligência competitiva* e *gestão do conhecimento* objetivam a melhoria de serviços e da administração garantida pela rapidez das TI, da introdução e da atividade contínua e ensino com competência. Esses estudos de IC e GC foram introduzidos a partir do convênio firmado entre instituições brasileiras, a Universidade de Marseille e o Instituto Nacional de Tecnologia - INT. A realização dos cursos mediante parcerias interinstitucional introduziu a área de ponta, sendo os cursos aprovados pelas Câmaras de Pós-graduação das universidades hospedeiras, a exemplo de Brasília, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. Destaca-se a Universidade Nacional de Brasília - UNB, onde se criou uma linha de pesquisa no Programa de Pós-graduação, garantindo a produção científica com regularidade.

Dos cursos ministrados resultaram trabalhos monográficos e artigos de periódicos disseminados pelos principais periódicos, a realização de eventos ajuda a disseminar os conhecimentos gerados na área

Convém salientar que a criação da ANCIB - Associação Nacional de Pesquisadores de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, criada em 1989 com o incentivo do CNPq, teve sua origem nas reuniões dos coordenadores de cursos, sob a presidência de Dinah Población. Depois de 16 anos, a ANCIB desempenha um importante papel ao introduzir um novo espaço de discussão da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil.

No aspecto capacitação, o sistema brasileiro é comparável a outros existentes em países desenvolvidos, tendo a Pós-Graduação no País um bom desempenho. Entretanto, a articulação que permita a absorção do conhecimento gerado pelos programas não é assimilada pela sociedade com a devida rapidez. Assim, a formação de cérebros deve ser absorvida de modo a garantir a expansão dos mercados. O apoio através de bolsas e convênios possibilita a descentralização de recursos que começa a se deslocar do Sul e Sudeste para outras regiões. Norte, Nordeste e Centro-Oeste ampliam suas possibilidades de serem apoiados pelos planos setoriais.

As políticas públicas refletem os desejos da sociedade, norteiam os caminhos a serem seguidos e se articulam com os organismos de fomento para transformar em ações as idéias orientadoras. Dessa forma, a pesquisa se desenvolve ressaltando o papel da universidade voltada para a sociedade civil.

Na sociedade atual o conhecimento assume um papel estratégico e a pesquisa científica e tecnológica, privilegia a comunicação e o uso da linguagem como essenciais. Vale salientar que, afirma Gómez (2002), a Ciência da Informação é "um conjunto de saberes agregados por questões antes que por teorias". A área de Ciência da Informação necessita aprofundar o estudo e a pesquisa para garantir a sua legitimação e, nesse contexto, a presença de políticas públicas competentes, do apoio indispensável dos organismos de fomento e da pesquisa consolidada, pode-se chegar a excelência da pesquisa no País, considerando a dinâmica de desenvolvimento de uma sociedade mediante ações que se estabelecem e se afirmam como práticas sociais.

### **Referências Bibliográficas**

AUN, Marta Pinheiro. *Antigas nações, novas redes: as transformações do processo de construção de políticas de informação*. 22 fev. 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - CNPq/IBICT-UFRJ/ECO, Rio de Janeiro. (Orientadoras: Maria Nélide González de Gómez e Helena Maria Martins Lastres).

BARRETO, Aldo de A. Políticas Nacionais de Informações: discursos ou ação. *DataGramaZero-Revista de Ciência da Informação*, v.4, n.2, abr.2003.

\_\_\_\_\_. *Política nacional de Informação: características, qualidades e barreiras*. Salvador: ICI / ENLEPICC, 10 de novembro de 2005. (conferência)

BASTOS, E.M.C. Sistema Brasileiro de C&T e o novo paradigma de desenvolvimento econômico. *Revista de Administração Pública*, RJ, v.31, n.3, p.116-132, mai-jun, 1997.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Sociedade da Informação: ciência e tecnologia para a construção da sociedade da informação no Brasil*. Brasília: CNPq/IBICT, 1998.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FERREIRA, Alexandre Santana de Miranda. Ciência e tecnologia: uma breve reflexão sobre as políticas públicas no Estado da Bahia. *Conjuntura & Planejamento*. n. 119, p.23-26. Abril de 2004.

FURTADO, A. (coord.) *Capacitação Tecnológica, competitividade e política industrial: uma abordagem setorial e por empresas livres*. SP, IPEA, 1994. 133p.

GOMEZ, M<sup>a</sup> Nélide González. Novos cenários políticos para a informação. *Ciência da Informação*. Brasília, v.31, n.1, p.27-40, jan-abr, 2002.

MUELLER, Suzana P. M. A pesquisa em Ciência da Informação no contexto das Ciências Humanas. *DataGramZero-Revista de Ciência da Informação*. v.1, n.6, dez. 2000. p. 1-9

PINHEIRO, Lena Vânia. Infra-estrutura da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. *DataGramZero-Revista de Ciência da Informação*. v.1, n.6, dez. 2000. p.1-25.

PROLER - *Programa Nacional de Incentivo e Leitura para todo o País*. Rio de Janeiro: FBN, 1992.

TAKAHASHI, Tadao. Sociedade da Informação no Brasil. *In : Livro Verde*. Brasília: MCT, 2000.

VALENTIM, Marta Lígia P. Informação em Ciência e Tecnologia, políticas programas e ações governamentais: uma revisão de literatura. *Ciência da Informação* v.31, n.3, p.92-102, set-dez. Brasília, 2002.

VIEIRA, Anna da Soledade. Bases para o Brasil na sociedade da informação: conceitos, fundamentos e universo político da indústria e serviços de conteúdos. *In: Sociedade da Informação*. Brasília: CNPq/IBICT, 1998. p.69-164.

#### **Sobre a autora / About the Author:**

Katia Carvalho

[katia-carvalho@uol.com.br](mailto:katia-carvalho@uol.com.br)

Diretora do Instituto de Ciência da Informação da UFBA

Professora Titular da UFBA no Programa de Pós- graduação do ICI/UFBA